

5ª Edição - 2006

EXAME



C N A I



**Prova específica para atuação nas Instituições
Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados
(SUSEP)**

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 08/2006

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova específica para atuação nas Instituições Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. De acordo com a Circular SUSEP nº 327/2006, que estabelece controles específicos para o tratamento de situações relacionadas à prática de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98), é correto afirmar que:

- a. O auditor independente é responsável pelo desenvolvimento de estudos sobre o risco de seguradoras e demais entidades abrangidas pela citada circular serem envolvidas em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro.
- b. As sociedades corretoras e os corretores de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta, suas subsidiárias e assemelhadas no exterior, além das filiais de empresas estrangeiras atuantes em atividades análogas, não estão sujeitas às disposições da citada circular.
- c. As sociedades seguradoras devem comunicar à SUSEP, no prazo máximo de vinte e quatro horas contadas de sua verificação, a compra de apólice com importância segurada igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 para pessoa física.
- d. As entidades abertas de previdência complementar têm até 1º de janeiro de 2008 para adequar suas estruturas de controles internos ao disposto na citada circular.

2. De acordo com a Circular SUSEP nº 327/2006, cabe ao auditor independente:

- a. Informar à SUSEP, no prazo máximo de vinte e quatro horas contadas de sua verificação, após sua análise, propostas ou operações de seguros discrepantes das condições normais de mercado efetivadas pela seguradora auditada.
- b. Estabelecer critérios e implementar procedimentos de identificação de clientes e de manutenção de registros referentes a produtos e procedimentos expostos ao risco de lavagem de dinheiro, da seguradora sob seu exame de auditoria.
- c. Definir, em conjunto com a seguradora auditada, quais as situações suspeitas de crime de lavagem de dinheiro devem ser informadas à SUSEP, no prazo máximo de vinte e quatro horas, contadas de sua verificação.
- d. Emitir relatório circunstanciado sobre os critérios adotados para avaliação da exposição ao risco de crime de lavagem de dinheiro e a adequação aos riscos existentes, tanto dos critérios elaborados quanto dos procedimentos implementados para a indicação de clientes e manutenção de registros.

- 3. Peter Brown, americano residente em Miami, casado com Marta A. Brown, brasileira, residente em São Paulo. Marta, a esposa, procura um corretor para contratar seguro para sua residência. O prêmio foi estipulado em R\$ 62.000,00, sendo que o pagamento será feito pelo esposo, Peter, por meio de ordem de pagamento do exterior. Nesse caso, considerando as determinações da Circular SUSEP nº 327/2006, que estabelece controles específicos para o tratamento de situações relacionadas à prática de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98), é correto afirmar que:**
- a. A corretora de seguros deve informar a transação à SUSEP, no prazo máximo de vinte e quatro horas.
 - b. A seguradora somente informará a transação à SUSEP após análise do caso, pois trata-se de situação enquadrada no Grupo 2 das disposições da citada circular.
 - c. A corretora de seguros informará a transação ao auditor independente, que incluirá tal fato em seu relatório circunstanciado, emitido semestralmente e em atendimento à citada circular.
 - d. A corretora de seguros não informará a transação à SUSEP, pois trata-se de operação dentro dos padrões de mercado e foram obtidos todos os dados cadastrais exigidos pela citada circular.
- 4. Considerando a Resolução CNSP nº 118/2004, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente, identifique a alternativa correta:**
- a. É obrigatória a constituição do Comitê de Auditoria para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar com provisões técnicas em montante igual ou superior a R\$ 500 milhões e patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 400 milhões.
 - b. É obrigatória a constituição do Comitê de Auditoria para as sociedades seguradoras, sociedades corretoras e corretores, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar com patrimônio líquido ajustado igual ou superior a R\$ 500 milhões.
 - c. O relatório circunstanciado de auditoria sobre os questionários trimestrais contidos no Formulário de Informações Periódicas das entidades supervisionadas pela SUSEP compõe os documentos produzidos pelo auditor independente como resultado de seu exame de auditoria das demonstrações contábeis das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência privada.
 - d. O relatório circunstanciado sobre a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações contábeis, elaborado pelo auditor independente como resultado do trabalho de auditoria, deve conter os comentários e o plano de ação da sociedade supervisionada para solucionar problemas apontados pelos auditores independentes, incluindo os prazos.

5. O cálculo da Provisão para Prêmios não Ganhos deve:

- a. Apurar a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período compreendido entre a data da emissão da apólice até a data de vencimento do período de cobertura do risco.
- b. Considerar apenas os seguros dos ramos de riscos decorridos.
- c. Apurar a parcela do prêmio não ganho, considerado o prêmio comercial retido, deduzido das despesas comerciais, exceto comissões pagas a corretores.
- d. Contemplar estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.

6. Considerando a Resolução CNSP nº 118/2004, quanto à independência do auditor, é correto afirmar que:

- a. É permitida a contratação de auditor independente pela entidade quando o auditor figurar na condição de segurado na entidade supervisionada, qualquer que seja a natureza do seguro.
- b. Não são aplicáveis as hipóteses de impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria independente previstas em normas e regulamentos da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, do CFC – Conselho Federal de Contabilidade ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON.
- c. Quando da contratação dos serviços de auditoria, a sociedade supervisionada deve incluir cláusula contratual na qual o auditor independente deva lhe entregar documento contendo sua política de independência.
- d. É vedada a manutenção de auditor independente por parte das sociedades supervisionadas, caso fique configurado pagamento de honorários e reembolso de despesas do auditor independente relativos ao ano-base das demonstrações contábeis objeto da auditoria, pela sociedade supervisionada auditada, isoladamente, ou em conjunto com alguma de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada, com representatividade igual a 5% (cinco por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.

7. O Comitê de Auditoria nas sociedades seguradoras foi regulamentado pela Resolução CNSP nº 118/2004. É correto afirmar que:

- a. A extinção do Comitê de Auditoria independe da aprovação da SUSEP.
- b. Cumprido o mandato de cinco anos como integrante do Comitê de Auditoria, o membro do Comitê pode voltar a integrar o referido órgão na mesma sociedade supervisionada para igual mandato no período imediatamente seguinte.
- c. Deve publicar, junto com as demonstrações contábeis semestrais da sociedade supervisionada, resumo do relatório do Comitê de Auditoria, preparado para o Conselho de Administração.

d. Não há necessidade de que algum integrante do Comitê de auditoria deva possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade e auditoria.

8. Quanto ao questionário de Riscos, a ser enviado à SUSEP (Circular SUSEP nº 253/2004) pelas sociedades seguradoras, é correto afirmar:

a. A periodicidade de envio do questionário é anual, e seu envio deve ocorrer juntamente com o Formulário de Informações Periódicas – FIP.

b. Contém questionamentos a respeito unicamente de riscos de crédito e de fluxo de caixa.

c. Inclui informações de gerenciamento de riscos de sociedade de capitalização, quando a sociedade seguradora atua como controladora de um grupo de sociedades que inclui a sociedade de capitalização.

d. A periodicidade de envio do questionário é semestral e inclui informações sobre gerenciamento de riscos.

9. A existência ou não de critérios técnicos para adoção de tábuas biométricas, tendo em vista o tipo de cobertura oferecida pelas entidades abertas de previdência complementar, é associado a que tipo de risco:

a. Risco de subscrição.

b. Risco de taxa de juros.

c. Risco de concorrência.

d. Risco de mercado.

10. Nos planos previdenciários privados e seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência, deve ser constituída:

a. Provisão matemática de benefícios a conceder e concedidos no regime de repartição.

b. Provisão matemática de benefícios a conceder e concedidos no regime de capitalização.

c. Provisão matemática de benefícios a conceder no regime repartição de capitais de cobertura.

d. Provisão de riscos não expirados para pecúlios no regime de capitalização.

11. A provisão de benefícios a regularizar, consoante consta do anexo à Resolução CNSP nº 120/2004, corresponde a:

- a. Benefícios ainda não identificados e em fase de conciliação.
- b. Às portabilidades solicitadas e ainda não cumpridas.
- c. Compromissos assumidos com os participantes, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício.
- d. Valor total dos pecúlios e rendas vencidos, não pagos em decorrência de eventos ocorridos.

12. Quanto à constituição de provisões técnicas, é correto afirmar que:

- a. Devem ser constituídas trimestralmente.
- b. A provisão para riscos ocorridos e não avisados deve ser constituída nas sociedades de capitalização.
- c. A provisão de oscilação de riscos financeiros deve ser constituída nos seguros de danos.
- d. Para cada provisão técnica a sociedade supervisionada deve manter Nota Técnica Atuarial.

13. Considerando as disposições sobre margem de solvência e limite de margem, é correto afirmar:

- a. A margem de solvência representa a metade do limite de margem.
- b. O limite de margem representa 25 % da margem de solvência.
- c. Em ocorrendo insuficiência da margem de solvência em relação ao Patrimônio Líquido Ajustado, a seguradora fica impedida de operar.
- d. Para cálculo da margem de solvência serão computadas as operações de todos os ramos, com exceção de vida individual e contribuições de entidades abertas de previdência complementar.

14. Considerando os dados abaixo, indique a suficiência ou insuficiência do ativo líquido de uma sociedade seguradora em relação à margem de solvência:

	R\$ mil
Patrimônio líquido contábil	20.000
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	5.000
Média anual do total da receita líquida de prêmios emitidos nos últimos 12 meses	80.000
Média anual do total dos sinistros retidos nos últimos 36 meses	40.000

- a. Insuficiência de R\$ 1.000 mil.
- b. Insuficiência de R\$ 5.000 mil.
- c. Insuficiência de R\$ 7.000 mil.
- d. Não há “insuficiência zero”.

15. Quanto à elaboração das demonstrações contábeis das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, é correto afirmar que:

- a. As ações em tesouraria devem ser avaliadas a valor de mercado.
- b. Ao final do exercício social os lucros do exercício não distribuídos devem ser obrigatoriamente mantidos em lucros acumulados.
- c. O registro de ajuste de exercícios anteriores só deve ocorrer em caso de mudança de prática contábil ou erro imputável a exercício anterior.
- d. O ajuste de equivalência patrimonial registrado no resultado deve incluir o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como “disponíveis para venda” na entidade coligada ou controlada.

16. A margem de solvência corresponde à suficiência do ativo líquido da seguradora para cobrir montante igual ou maior dentre os seguintes valores:

- a. 0,20 vezes a média anual do total da receita líquida de prêmios emitidos nos últimos vinte e quatro meses e 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros ocorridos e avisados nos últimos setenta e dois meses.
- b. 0,20 vezes a média anual do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos doze meses e 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos trinta e seis meses.

- c. 0,20 vezes a média anual do total da receita líquida de prêmios emitidos nos últimos trinta e seis meses e 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos trinta e seis meses.
- d. 0,20 vezes a média anual do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos doze meses e 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros ocorridos e avisados nos últimos sessenta meses.

17. Em relação à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, identifique a alternativa incorreta:

- a. A provisão deve abranger os compromissos assumidos pela sociedade seguradora com os segurados, enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização nas modalidades de “rendas de eventos aleatórios” e “remissão”, além de outros.
- b. A provisão deve abranger os compromissos assumidos pelas entidades abertas de previdência complementar com os participantes do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício.
- c. A provisão deve abranger os compromissos assumidos com os segurados pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar com seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício.
- d. A provisão deve abranger os compromissos assumidos com os segurados e participantes pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, respectivamente, após ocorrido o evento gerador do benefício.

18. Segundo a Resolução CNSP nº 73/2002, é correto afirmar que:

- a. O capital mínimo é constituído de parcela fixa e parcela variável, de acordo com as regiões do país em que a sociedade opera.
- b. Em caso de transferência de controle acionário de sociedade seguradora, de capitalização e entidade aberta de previdência complementar, os capitais mínimos serão reavaliados pela SUSEP.
- c. O capital mínimo para sociedades de controle acionário estrangeiro é o dobro do capital mínimo para sociedades de controle exclusivamente nacional.
- d. O capital mínimo exigido da sociedade seguradora que opera no grupamento de seguros dos ramos elementares em todas as regiões do Brasil não poderá ser inferior a R\$ 17 milhões.

19. Em relação às operações de transferência de carteiras, identifique a alternativa correta:

- a. Caso a sociedade cedente esteja obrigada contratualmente a proceder à cobrança das parcelas pendentes dos prêmios de seguros, deve registrar em contas próprias, no ativo realizável e no passivo exigível, os valores a receber dos segurados e os valores a repassar à sociedade cessionária.
- b. O resultado positivo ou negativo, apurado na cessão, deve ser diferido pela sociedade cedente, e apropriado aos resultados no prazo médio restante das operações cedidas.
- c. Na sociedade cessionária, caso o valor recebido da congênere cedente seja inferior ao saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos, essa diferença deve ser registrada, no ato da operação, no grupo de “Despesas não operacionais”.
- d. O valor recebido em excesso ao saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos deve ser registrado, na sociedade cessionária, em conta redutora das Despesas de Comercialização Diferida e apropriado segundo os mesmos critérios e prazo médio restante da carteira adquirida.

20. Quanto à atividade seguradora no Brasil, é correto afirmar:

- a. As sociedades seguradoras não estão sujeitas à falência.
- b. As sociedades seguradoras podem ser constituídas sob a forma societária de sociedade limitada.
- c. As seguradoras, em suas estratégias de marketing, poderão oferecer aos segurados vantagens especiais em substituição ao prêmio de seguro.
- d. Compete ao IRB - Brasil Resseguros S/A proceder à liquidação das sociedades seguradoras.

21. De acordo com o Decreto-Lei nº 73/66, o corretor de seguros somente pode exercer a sua atividade se habilitado perante:

- a. Sindicato dos Corretores de Seguros do Brasil – SINCOR-BR.
- b. Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG.
- c. Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- d. IRB - Brasil Resseguros S/A.

22. De acordo com a Circular SUSEP nº 280/2004, na elaboração do relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos e no relatório circunstanciado sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, o Auditor Independente deve:

- a. Abordar os aspectos relacionados ao ambiente de controle, à avaliação de riscos, às atividades e procedimentos de controles, aos processos de informação e comunicação, e à monitoração.
- b. Incluir todos os montantes identificados nas recomendações oriundas da aplicação dos procedimentos mencionados na citada circular, no parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis da sociedade seguradora.
- c. Adotar o procedimento de amostragem estatística, considerando uma amostra de 5 %.
- d. No que tange à seleção da amostra para aplicar os procedimentos determinados pela citada circular, deve selecionar obrigatoriamente os meses de junho e dezembro de cada ano.

23. Em relação às normas para constituição das provisões técnicas instituídas pela Resolução CNSP nº 120/2004, indique a alternativa incorreta:

- a. A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP) deve ser constituída se for constatada insuficiência da Provisão de Prêmios não Ganhos para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo.
- b. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora.
- c. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos abrange os compromissos assumidos pela entidade/seguradora com os participantes do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial do plano ou produto.
- d. A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) deve ser constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo.

24. As demonstrações contábeis, juntamente com o parecer do auditor independente das sociedades seguradoras, devem ser publicadas até:

- a. 30 de abril para as demonstrações contábeis anuais.
- b. 30 de setembro para as demonstrações contábeis semestrais.
- c. 28 de fevereiro para as demonstrações contábeis anuais.
- d. 31 de julho para as demonstrações contábeis semestrais.

25. O limite de solvência da Seguradora Beta S/A é de R\$ 100.000,00. Assim, a margem de solvência monta a:

- a. R\$ 50.000,00.
- b. R\$ 150.000,00.
- c. R\$ 100.000,00.
- d. R\$ 200.000,00.

26. Quanto aos títulos públicos federais incluídos na carteira de títulos e valores mobiliários das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, é correto afirmar que:

- a. Devem ser classificados em “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”.
- b. Os títulos para negociação, independentemente de seu prazo de vencimento, devem ser classificados no ativo circulante.
- c. O resultado da avaliação a mercado dos títulos para negociação deve ser registrado em conta destacada do patrimônio líquido.
- d. Os títulos disponíveis para venda devem ser classificados no realizável a longo prazo, independentemente da expectativa da administração da venda dos referidos títulos, como medida de prudência.

27. O crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, nas entidades abertas de previdência complementar, deve:

- a. Ser calculado às alíquotas previstas na legislação fiscal de utilização do referido crédito independentemente do histórico de lucros (prejuízos) fiscais anteriores.

- b. Ser obrigatoriamente constituído, quando se apurarem prejuízos fiscais ou base negativa de contribuição social por três exercícios sociais consecutivos.
- c. Ser constituída provisão para ajuste aos valores prováveis de realização, quando existir dúvida razoável quanto à realização desses créditos, independentemente do exercício de constituição dos créditos.
- d. Ser apenas divulgado em notas explicativas às demonstrações contábeis.

28. Quanto aos critérios de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência, é correto afirmar que:

- a. O diferimento das despesas de angariação e agenciamento poderá ser realizado pelo prazo médio de permanência, de acordo com experiência da carteira comercializada, não devendo ultrapassar o prazo de dez anos.
- b. Quando o saldo da conta “despesas de comercialização diferidas” for credor, deverá ser re-classificado para a conta “receitas de comercialização diferidas”.
- c. Os títulos e valores mobiliários classificados como “mantidos até o vencimento”, devem ser avaliados a valor de mercado para fins de reconhecimento contábil.
- d. Nas operações no mercado de opções, o prêmio somente deve ser registrado contabilmente na data do exercício da opção.

29. Quanto aos registros contábeis relacionados à transferência de carteiras, é correto afirmar que:

- a. Na entidade cedente, o resultado positivo ou negativo, apurado na cessão, deve ser integralmente apropriado aos resultados, na data da operação, em conta específica.
- b. Na entidade cessionária, todos os direitos e obrigações recebidos em função da aquisição da carteira devem ser registrados em conta única que represente o valor líquido da cessão.
- c. Na entidade cessionária, o valor recebido em excesso ao saldo da Provisão de Prêmios não Ganhos deve ser considerado como receita financeira.
- d. Na entidade cedente, se a cessão foi sem co-obrigação, os ativos e passivos permanecem registrados em sua contabilidade.

30. Compete à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, entre outros:

- a. Fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados.
- b. Fiscalizar a execução de normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP para as Sociedades Seguradoras.
- c. Elaborar e expedir normas reguladoras de cosseguro, resseguro e retrocessão.
- d. Honrar os sinistros não liquidados pelas companhias seguradoras públicas.

31. Compete ao IRB - Brasil Resseguros S/A., exceto:

- a. Aceitar o resseguro obrigatório e facultativo, do País ou do exterior.
- b. Reter o resseguro aceito, na totalidade ou em parte.
- c. Elaborar e expedir normas reguladoras de cosseguro, resseguro e retrocessão.
- d. Fixar condições de resseguro das apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizados obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional.

32. Conforme a Circular SUSEP nº 314/2005, é de divulgação obrigatória em notas explicativas às demonstrações contábeis das sociedades seguradoras, exceto:

- a. O valor dos prêmios ganhos, índices de sinistralidade e de custos de comercialização em cada um dos principais ramos de atuação.
- b. A margem de solvência apurada no mês anterior ao de encerramento das demonstrações contábeis.
- c. A demonstração do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA na data a que se refiram as demonstrações contábeis.
- d. A movimentação das contas de provisões técnicas e de despesas de comercialização diferidas.

33. A Circular SUSEP nº 314/2005 estabelece normas e procedimentos contábeis das sociedades seguradoras, sociedades resseguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização. Em relação às diretrizes e normas estabelecidas nesta circular, assinale a alternativa incorreta:

- a. Possibilitam a manutenção de padrões uniformes para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis.

- b. Não pressupõem permissão para a prática de operações ou serviços vedados por lei, regulamento ou ato administrativo ou dependentes de prévia autorização da SUSEP.
- c. Estabelece normas para a constituição das provisões técnicas das entidades supervisionadas pela SUSEP.
- d. Possibilitam a manutenção de padrões uniformes para a elaboração das demonstrações contábeis.

34. Em relação à elaboração e publicação das demonstrações contábeis, indique a afirmativa incorreta:

- a. A publicação do Relatório da Administração somente é requerida para a data-base de 31 de dezembro.
- b. É proibida a utilização para aumento de capital de lucros do exercício não destinados.
- c. As demonstrações contábeis registrarão a destinação dos lucros segundo proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral de acionistas.
- d. As demonstrações contábeis de 30 de junho devem ser publicadas de forma comparativa com os valores relativos a igual período do exercício anterior.

35. Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros deverão ser:

- a. Apropriados em bases lineares, quando da efetiva cobrança de cada parcela do prêmio.
- b. Apropriados em bases lineares, quando do vencimento de cada parcela do prêmio, independentemente de seu efetivo pagamento, cabendo a constituição de provisão para perda para os juros devidos e não pagos no vencimento, quando houver dúvidas em relação a sua realização financeira.
- c. Apropriados ao resultado no mesmo prazo do parcelamento.
- d. Diferidos para apropriação, em bases exponenciais, na proporção das parcelas efetivamente recebidas, e registrados como dedução dos custos de cobrança.

36. As sociedades que tiverem conhecimento do risco coberto após o decurso do período de cobertura, deverão:

- a. Notificar a SUSEP, no prazo máximo de 15 dias, contados da identificação do evento com justificativa detalhada das razões, do valor envolvido e das ações tomadas para regularização do fato, em ofício assinado pelo Diretor de Relações com a SUSEP e dirigido ao chefe do Departamento Técnico – DETEC.

- b. Registrar ainda que por estimativa, no próprio mês de competência, as respectivas receitas de prêmios e demais registros decorrentes.
- c. Reformular os registros contábeis, de forma retroativa, encaminhando as informações financeiras (FIP) retificadas ao Departamento de Controle Financeiro – DECON, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- d. Registrar o valor envolvido, líquido dos efeitos tributários, em conta de “lucro ou prejuízos acumulados” no Patrimônio Líquido, a título de ajuste de exercício anteriores, fazendo constar todos os detalhes em nota explicativa.

37. Em relação aos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, é correto dizer que:

- a. Devem ser baixados do ativo, na hipótese de dúvida razoável em relação às possibilidades de recuperação dos créditos.
- b. Deve ser constituída provisão para ajuste aos seus valores prováveis de realização, na hipótese da existência de dúvida razoável em relação às possibilidades de recuperação dos créditos.
- c. Podem ser registrados se não houver dúvida em relação às possibilidades de recuperação dos créditos.
- d. Os conceitos, critérios e procedimentos sobre sua contabilização emitidos pelo IBRACON, quando elaborados em conjunto com a CVM, prevalecem em caso de conflito com as normas contábeis emitidas pela SUSEP.

38. As despesas de angariação e agenciamento podem ser:

- a. Diferidas para apropriação pelo prazo estabelecido em Nota Técnica Atuarial (NTA), devidamente aprovada pela SUSEP, ou, na falta desta, pelo prazo máximo de 5 anos.
- b. Apropriadas segundo o mesmo critério e no mesmo prazo adotados para a apropriação dos prêmios de seguro que lhes deram origem.
- c. Diferidas para apropriação pelo prazo médio de permanência, de acordo com a experiência da carteira comercializada, não devendo ultrapassar o prazo máximo de 10 anos.
- d. Apropriadas quando de seu efetivo pagamento, sendo vedado seu diferimento na impossibilidade de identificação das apólices específicas.

39. Segundo a Resolução CNSP nº 73/2002, pode-se afirmar que:

- a. O capital mínimo requerido para cada uma delas é R\$ 17 milhões.
- b. O capital mínimo das sociedades seguradoras e das entidades abertas de previdência privada é o mesmo, e o capital mínimo das empresas de capitalização é superior ao das outras sociedades, considerando aquelas sociedades que pretendem operar em todo o Brasil.
- c. O capital mínimo das sociedades seguradoras e das entidades abertas de previdência privada é o mesmo e o capital mínimo das empresas de capitalização é inferior ao das outras sociedades, considerando aquelas sociedades que pretendem operar em todo o Brasil.
- d. O capital mínimo das sociedades seguradoras e das entidades abertas de previdência privada é o mesmo e não há exigência de capital mínimo para as empresas de capitalização, considerando aquelas sociedades que pretendem operar em todo o Brasil.

40. Quanto aos títulos e valores mobiliários, podemos afirmar que:

- a. Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” devem ser apropriados em conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- b. As operações de alienação dos títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da sociedade quando da classificação dos mesmos na referida categoria, desde que haja capacidade financeira da sociedade e encaminhada à SUSEP, previamente, solicitação discriminando os títulos que serão substituídos e oferecendo justificativas para o pretendido alongamento de prazos.
- c. Os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, quando vinculados à SUSEP, serão objeto de livre movimentação, devendo a sociedade encaminhar notificação à SUSEP contendo o histórico das operações realizadas no prazo de até 5 dias úteis contados do último dia do mês em que foram realizadas as transações.
- d. A reclassificação dos títulos e valores mobiliários, de uma categoria para outra, poderá ser efetuada somente por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, ouvida previamente a SUSEP.

41. No que diz respeito à consolidação de demonstrações contábeis, é correto afirmar que:

- a. As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades de previdência complementar não são requeridas pela SUSEP a elaborar e publicar demonstrações contábeis consolidadas.
- b. As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar devem elaborar e publicar, ao fim de cada exercício social, demonstrações contábeis consolidadas.
- c. As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar devem elaborar demonstrações contábeis consolidadas, encaminhando-as à SUSEP no prazo de 60 dias a contar da data de encerramento do exercício social, não sendo requerido que sejam auditadas por auditores independentes nem publicadas.
- d. As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar devem elaborar e publicar, semestralmente, demonstrações contábeis consolidadas.

42. A análise e arquivamento das condições dos contratos de seguros comercializados pelas Sociedades Seguradoras compete:

- a. Ao Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.
- b. À Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- c. Ao IRB - Brasil Resseguros S/A.
- d. À Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG.

43. A Circular SUSEP nº 280/2004 estabelece os procedimentos mínimos a serem executados pelos auditores independentes na emissão de relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos. Dentre os procedimentos abaixo, qual não é requerido por aquele normativo:

- a. Obter os manuais, organogramas e fluxogramas da área de emissão de apólices para verificar evidências de controle de segregação de funções e estabelecimento de níveis de alçada nas diferentes atividades do processo.
- b. Obter, para uma amostra de 10% (limitada a uma amostra máxima de 50 itens) das apólices emitidas, para confronto dos dados da proposta com os da apólice.
- c. Obter, para uma amostra de 10% (limitada a uma amostra máxima de 50 itens) dos sinistros avisados, para verificar, dentre outros aspectos, a conciliação dos dados do aviso com os da apólice.
- d. Circularização dos advogados externos.

44. A Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) será constituída:

- a. Somente para os planos estruturados no regime de repartição simples.
- b. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização (benefícios a conceder e benefícios concedidos), repartição de capitais de cobertura (riscos não expirados e benefícios concedidos) e repartição simples (riscos não expirados), quando constatada insuficiência das provisões matemáticas.
- c. Somente para os planos estruturados na modalidade de “contribuição definida”.
- d. Se for constatada insuficiência das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos planos estruturados no regime financeiro de capitalização e que oferecem garantia de rentabilidade mínima aos participantes.

45. Em relação à Provisão para Despesas Administrativas, identifique a alternativa incorreta:

- a. Deve ser constituída pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar planos de previdência complementar, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência.
- b. Deve ser constituída pelas sociedades autorizadas a operar em capitalização.
- c. Deve ser constituída pelas entidades abertas de previdência complementar.
- d. Deve ser desconsiderada quando não prevista em Nota Técnica Atuarial.

46. O cálculo da Provisão para Prêmios não Ganhos deve:

- a. Apurar a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período compreendido entre a data da emissão da apólice e a data de vencimento do período de cobertura do risco.
- b. Considerar apenas os seguros dos ramos de riscos decorridos.
- c. Apurar a parcela do prêmio não ganho, considerado o prêmio comercial retido, deduzido das despesas comerciais, exceto comissões pagas a corretores.
- d. Contemplar estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.

47. Segundo a Resolução CNSP nº 08/1989 e alterações posteriores, uma vez calculada a margem de solvência, se ocorrer insuficiência do ativo líquido para sua cobertura, é correto afirmar que:

- a. A seguradora deve apresentar plano de recuperação de forma a suprir a deficiência no prazo máximo de sessenta dias.
- b. A seguradora deve apresentar plano de recuperação em vinte e quatro horas a partir da constatação do fato, de forma a suprir a deficiência no prazo máximo de sessenta dias.
- c. Se a insuficiência apresentada não for adequada para cobrir o limite de solvência, a seguradora deixará de operar imediatamente.
- d. A seguradora deve apresentar plano de recuperação de forma a suprir a deficiência no prazo máximo de cento e cinquenta dias.

48. É requerida pela Circular SUSEP nº 314/2005 a divulgação em notas explicativas de informações, exceto:

- a. Os motivos ou objetivos de operações envolvendo transferências de carteira e eventuais impactos nos negócios da sociedade.
- b. A movimentação das provisões técnicas de seguros.
- c. A movimentação das despesas de comercialização de operações de seguro.
- d. Os motivos ou objetivos de reavaliações de imóveis registradas no semestre/exercício.

49. De acordo com a Circular SUSEP nº 327/2006, que estabelece os controles específicos para o tratamento de situações relacionadas à prática de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98), as sociedades especificadas na circular devem informar à SUSEP no prazo máximo de vinte e quatro horas contadas de sua verificação, independentemente de qualquer análise:

- a. Compra de títulos de capitalização em valor igual ou superior a R\$ 50.000,00, efetuada por pessoa física.
- b. Pagamento de prêmio ou contribuição, por pessoa física ou jurídica, em dinheiro, cujo valor acumulado durante um mês resulte igual ou superior a R\$ 30.000,00, sem razão justificável.
- c. Operação financeira ou comercial de qualquer valor com pessoa domiciliada em “países não co-operantes”, assim definidos pelas Recomendações do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro – GAFI publicadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.
- d. Pagamento de sinistro sem comprovação da ocorrência de evento que lhe deu causa.

50. Considerando a Resolução CNSP nº 118/2004 quanto à prestação de serviços de auditoria independente, é correto afirmar que:

- a. A entidade supervisionada pode vir a contratar auditor independente que tenha sido reprovado em processo de certificação.
- b. O auditor independente deve comunicar formalmente à SUSEP, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência de fraudes relevantes perpetradas por funcionários da sociedade seguradora ou terceiros.
- c. A sociedade seguradora deve substituir o auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a três exercícios sociais completos.
- d. Os administradores das sociedades supervisionadas não serão responsabilizados pela contratação de auditor independente que não atenda aos requisitos previstos na citada resolução.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. A Circular SUSEP nº 327/2006 dispõe sobre os controles internos específicos para o tratamento de situações relacionadas ao crime de lavagem de dinheiro. Discorra sobre a responsabilidade do auditor independente em relação a esse assunto, quando do exame de auditoria das demonstrações contábeis das entidades supervisionadas pela SUSEP.**
- 52. Comente as disposições da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP relacionadas à independência do auditor independente.**

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D		A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>